

**HABEAS CORPUS Nº 537.011 - MA (2019/0295773-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : CLAUDIO ROBERTO ARAUJO SANTOS  
**ADVOGADO** : CLÁUDIO ROBERTO ARAÚJO SANTOS - MA004125  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : E G L B  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de E G L B contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO no julgamento da Apelação Criminal n. 0001004-83.2018.8.19.0003.

Consta dos autos que ao paciente foi aplicada medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, pelo prazo de 3 meses, em razão da prática de ato infracional análogo ao crime do art. 129, *caput*, do Código Penal.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação buscando a improcedência da representação por aplicação do princípio da insignificância e da proporcionalidade, que restou improvido.

Nesta via, alega o impetrante, em síntese, a ausência de fundamentação suficiente a justificar a medida de prestação de serviços à comunidade imposta ao paciente, cabendo, na hipótese, a advertência, haja vista a mínima ofensividade da conduta.

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja substituída a prestação de serviços pela advertência ou, subsidiariamente, a diminuição do prazo da medida socioeducativa imposta ao paciente.

A liminar foi indeferida.

Informações foram prestadas.

O MPF manifestou-se pelo não conhecimento da impetração ou por sua denegação.

É o relatório.

De se destacar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 109.956/PR, buscando dar efetividade às normas previstas no artigo 102, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e nos artigos 30 a 32 da Lei n. 8.038/90, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante aquela Corte em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que passou ser adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a fim de que fosse restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção.

Assim, insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem pleiteada no prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que não configurada nenhuma das hipóteses elencadas no artigo 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, razão pela qual não merece conhecimento.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

No que se refere ao pleito de modificação da modalidade de pena imposta ao paciente deve ser destacado que a jurisprudência firmada neste Superior Tribunal de Justiça entende que a imposição de medida socioeducativa levará em conta as necessidades pedagógicas, a adequação e, também, a proporcionalidade e necessidade em relação ao caso concreto, cabendo ao juiz da execução eventual pleito para sua alteração, quando evidenciada a insuficiência para sua ressocialização.

*HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. POSSIBILIDADE. SINASE. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA.*

*EVASÕES SUCESSIVAS DO PACIENTE DA UNIDADE EM QUE DEVERIA CUMPRIR A MEDIDA DE SEMILIBERDADE ANTERIORMENTE ESTABELECIDADA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*1. Cabe ao Juízo competente para a execução da medida aplicada ao menor determinar a modificação da medida socioeducativa imposta, quando esta se revelar insuficiente à sua ressocialização, não havendo que se falar em ofensa ao postulado da coisa julgada. Assim, ante o descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta, mostra-se cabível a substituição da medida de semiliberdade por internação, nos termos do disposto no art. 43 da Lei n. 12.594/2012.*

*2. Na hipótese, o Tribunal de origem asseverou que o paciente já se evadira nove vezes do Sistema de Unidades Socioeducativas, o que levou à regressão da medida socioeducativa, tendo em vista a recalcitrância no cumprimento da medida de semiliberdade imposta na sentença, não havendo, ainda, nenhum indicativo de que a imposição de medida diversa da internação seria compatível às finalidades do Estatuto da Criança e do Adolescente.*

*3. Ordem denegada.*

*(HC 476.569/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 11/06/2019)*

*ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO-CABIMENTO. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AOS CRIMES DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO E CÁRCERE PRIVADO. INTERNAÇÃO. PROGRESSÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. DESCABIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PARECER TÉCNICO FAVORÁVEL.*

*PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pelo col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não*

*admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.*

***II - A teor dos arts. 99 e 100 do ECA, as medidas socioeducativas podem ser substituídas a qualquer tempo pelo Juízo da Execução, levando-se em conta as necessidades específicas de proteção integral dos interesses da criança e do adolescente. Outrossim, a existência de relatório técnico favorável à progressão de medida socioeducativa não vincula o magistrado, que pode, em face do princípio do livre convencimento motivado, justificar a continuidade da internação do menor com base em outros dados e provas constantes dos autos.***

*III - In casu, não obstante a existência de parecer técnico favorável à progressão da medida socioeducativa, o Tribunal de origem manteve o indeferimento do pedido, em razão da gravidade concreta do ato praticado, uma vez que "foram apreendidos 545 gramas de maconha, acondicionado em 117 sacolés, e 62 gramas de cocaína, distribuída em 60 recipientes. Além disso, o adolescente integrava a facção criminosa Comando Vermelho, portava uma pistola 9 mm municada e com carregador reserva, e durante a fuga, juntamente com o correpresentado e o imputável, cada um também portando uma pistola e carregadores, mantiveram um casal de idosos em cárcere." Precedentes.*

*Ordem não conhecida.*

(HC 494.566/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 12/04/2019)

Para melhor elucidação da controvérsia é oportuno colacionar as razões de decidir do Juízo primevo, no ponto que interessa:

*"Trata-se, assim, de lesão corporal de natureza leve e doloso, envolvendo violência à pessoa e a medida socioeducativa mais proporcional à conduta cometida é a de prestação de serviço à comunidade, como requerido pelo Ministério Público." (e-STJ fl. 27)*

A Corte de origem, por sua vez, explicitou que:

*"[...] as condições pessoais do adolescente foram sopesadas pelo juízo monocrático para, ao final, concluir pela aplicação da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pelo lapso temporal de três meses, o que merece ser confirmado, pois em conformidade com a gravidade do ato infracional perpetrado, em obediência ao caráter preventivo da reprimenda e proporcional à*

*conduta praticada.*

*Nessa toada, a medida de prestação de serviços à comunidade é proporcional no caso de ato infracional praticado com violência leve. O Superior Tribunal de Justiça já teve oportunidade de analisar um caso em que se tratando do mesmo ato infracional foi aplicada a medida socioeducativa de semiliberdade, o que denota, em interpretação a contrario sensu, que a aplicação da medida de prestação de serviços à comunidade é adequada a singularidade do caso[...].*

*Nesse sentido, restando provadas a autoria e materialidade do ato infracional de lesão corporal leve dolosa e considerando as circunstâncias judiciais do adolescente, bem como a gravidade do ato perpetrado, entendendo plenamente adequada a imposição da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade."(e-STJ fls. 13/19)*

Da análise dos autos, observa-se que o entendimento do Tribunal de origem encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Quinta Turma, no sentido da possibilidade de imposição da medida socioeducativa de prestação de serviços a comunidade, desde que esteja fundada na consideração das circunstâncias judiciais do adolescente, bem como do fato concreto atribuído, pelo qual foram reconhecidas materialidade e autoria relacionadas ao ato infracional equiparado à lesão corporal leve dolosa, enquadrando-se como providência adequada aos seus fins sociais, ao seu caráter punitivo-pedagógico e em atenção à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento da parte representada.

Desta feita, diversamente do quanto alegado pela defesa, a fundamentação deduzida pelo Tribunal de origem afigura-se idônea, porquanto tem o condão de demonstrar a necessidade e a adequação da medida.

Tal entendimento guarda harmonia com os precedentes desta Corte, conforme se infere dos seguintes julgados:

*ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS. MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

*II - Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de habeas corpus substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não-conhecimento da impetração.*

*Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.*

*III - A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade deve ser adotada quando for mais adequada à proteção integral do menor, por período não excedente a seis meses, a teor do disposto no art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente.*

*IV - In casu, aplicada a medida de prestação de serviços à comunidade, e constatado seu descumprimento injustificado (a paciente cumpriu 15 dias dos 24 determinados judicialmente), mostra-se escorreito o r. decisum que a prorrogou por mais três meses, em consonância com a finalidade da Lei n.º 8.069/90, não havendo que se falar em violação ao art. 117 do mesmo diploma legal.*

*Habeas corpus não conhecido.*

(HC 298.942/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 28/11/2014)

*HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE FURTO QUALIFICADO. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE PROVAS. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. CABIMENTO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

*1. As instâncias ordinárias, após exame do conjunto fático-probatório dos autos, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, concluíram pela existência de elementos coerentes e válidos a embasar a procedência da representação instaurada em face dos Pacientes pelo delito de furto qualificado.*

*2. A análise da tese relativa à absolvição depende do reexame minucioso de matéria fático-probatória, sendo imprópria na via estreita do habeas corpus, remédio constitucional de rito célere e de cognição sumária.*

*3. Não existe qualquer impedimento legal à fixação da medida de prestação de serviços à comunidade no caso de ato infracional análogo ao crime de furto qualificado, quando o Juízo da Infância e da Juventude, fundamentadamente, demonstrar a necessidade da medida para ressocialização do Adolescente. Inteligência do art. 117, e parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente.*

*4. Ordem de Habeas corpus denegada.*

(HC 241.087/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 13/08/2013)

Assim, forçoso reconhecer a inexistência de constrangimento ilegal a ser sanado de ofício, sobretudo porque o entendimento fixado pela Corte de origem encontra-se em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, a modificação do entendimento esposado pelo Tribunal de origem, é inviável na via eleita, ante a impossibilidade de reexame fático-probatória.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator